

Pedro LAINS, *A Economia Portuguesa no Século XIX — Crescimento Económico e Comércio Externo*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, 273 p.

A historiografia portuguesa contemporânea, em geral, e a história económica, em particular, conheceram nas últimas duas décadas uma evolução significativa<sup>1</sup>. Não vamos aqui inventariar os factores que mais contribuíram para esta realidade, mas é inegável que as novas condições criadas às ciências sociais, por via das transformações institucionais e políticas que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, estão, por certo, entre as mais importantes. Não obstante, é justo reconhecê-lo, toda esta transformação historiográfica não partiu de um completo vazio, beneficiou, como é sabido, de alguns focos de renovação que, apesar de tudo, faziam contracorrente, quer dentro, quer à margem da Universidade, por vezes fora do país<sup>2</sup>.

A obra de Pedro Lains, que aqui me proponho analisar — resultado de uma dissertação de doutoramento, apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença em Junho de 1992 —, expressa bem, a meu ver, o sentido e o alcance desta renovação. Assim, não obstante poder dizer-se que o tema central da sua tese se inscreve numa das mais antigas e marcantes obsessões da nossa história económica — referimo-nos, já se vê, à magna questão do nosso atraso económico —, estamos perante um estudo que, seguindo uma metodologia marcadamente cliométrica, tem o mérito de trazer para o debate uma leitura substancialmente diferente desta problemática.

Pedro Lains teve como preocupação inicial neste seu trabalho avaliar a tese segundo a qual o crescimento económico em Portugal, na segunda metade do século XIX, foi limitado pelo lugar que o país ocupava na economia internacional, e designadamente pela sua tradicional ligação à Grã-Bretanha — tratava-se de revisitar a chamada tese da dependência externa. Reconhecendo, embora, a sua importância, bem como o que ela representa no nosso pensamento histórico — dado que visa explicar aquilo que parece ser um paradoxo da nossa história: como é que um país que criou um Império caiu na periferia da Europa industrial do século XIX —, a elaboração e compilação de uma base estatística das variáveis económicas mais directamente ligadas a esta tese (evolução, composição e distribuição do comércio externo, níveis de protecção alfandegária, bem como a construção de indicadores para o crescimento económico) levou-o a considerar que a teoria dependentista tem conduzido as investigações sobre a história económica portuguesa por caminhos que, a seu ver, lhe parecem extraviados (p. 8). Chegado a este ponto — crucial no desenvolvimento e conclusões do seu trabalho —, Pedro Lains procurou, no âmbito da teoria económica, novos modelos de análise. E, tal como expressamente refere, a escolha recaiu sobre os modelos de comércio externo e crescimento económico desenvolvidos nos anos seguintes à Segunda

Guerra Mundial. Ora, de acordo com estes, os países que melhor se inseriram na economia internacional foram os que conseguiram melhores *performances* económicas e que mais cedo conseguiram recuperar o fosso que os separava dos países desenvolvidos.

Como facilmente se depreende, toda a construção teórica subjacente a este modelo — que valoriza o livre-cambismo e uma maior integração nos mercados internacionais — é diametralmente oposta aos modelos comuns às teses dependentistas.

Caminhos e métodos, portanto, completamente divergentes dos seguidos até aqui pela nossa historiografia que conduziram o autor a conclusões, sobre o nosso atraso económico, estruturalmente (e não apenas no pormenor) bastante diferentes. Vejamos, em síntese, algumas delas:

- a) Partindo do princípio de que a economia portuguesa tinha dificuldades de crescimento interno muito superiores às que normalmente a historiografia lhe aponta, Pedro Lains procurou comparar o nosso país com outros de potencial económico semelhante — e com isto desvia-se, a seu ver, da tentativa de procurar agentes culpados do nosso atraso económico, dando mais relevo ao potencial económico —, para concluir que, caso o crescimento económico fosse mais intenso do que aquele que se verificou, tal significava algo de excepcional, no contexto dos países europeus. Ou seja, Portugal comportou-se à altura daquilo que, em termos de potencial económico, se poderia esperar. Estas conclusões, quanto ao potencial de crescimento da nossa economia, conduziram o autor a uma perspectiva que, em sua opinião, se distingue da restante literatura sobre esta temática: não procurou escarpelizar razões para o nosso fracasso económico, mas tão-só perceber as dificuldades do desenvolvimento da agricultura, da indústria e das exportações num país em que as possibilidades de expansão da produção não eram provavelmente tão grandes como na maioria dos países europeus com os quais Portugal é frequentemente comparado.
- b) Pode dizer-se, ainda, que Pedro Lains (aliás, a exemplo de outros cultores da denominada «nova história económica», como é o caso dos recentes trabalhos de Jaime Reis<sup>3</sup>) procurou desmontar, sistematicamente, os principais argumentos das concepções historiográficas — sobretudo aquelas que têm em Miriam Halpern Pereira a principal defensora, ainda que escoradas numa tradição historiográfica que passa por Oliveira Martins, António Sérgio, Magalhães Godinho, Joel Serrão, entre outros — que continuam a atribuir o nosso atraso económico a opções políticas erradas. Não concorda, portanto, Pedro Lains com o princípio — característico, a seu ver, nos trabalhos de M. Halpern Pereira — de que potencialmente Portugal poderia ter diminuído o fosso que o separava dos países mais desenvolvidos. Tal conclusão, refere o autor, só é possível por, até aqui, os estudos de história

económica apenas terem por base fontes de carácter qualitativo, levando a uma confusão entre história económica e história política ou social.

Deste modo, Pedro Lains, aparentemente seguro dos resultados da nova informação quantitativa, sobre a segunda metade do século XIX, não enjeita passar em revista as conclusões de Miriam Halpern Pereira — socorrendo-se, entre outros, do livro *Livre-Câmbio e desenvolvimento económico*, cuja primeira edição data de 1971, — denunciando os aspectos que, a seu ver, carecem de uma profunda revisão. Entre eles, é importante destacar os seguintes: a) o peso do comércio externo na produção nacional foi relativamente diminuto, tendo atingido em 1900, no seu ponto máximo, 20% da produção agrícola total. Um tal peso relativo, conclui Pedro Lains, não pode ser considerado representativo da produção agrícola e, consequentemente, estes dados quantitativos parecem contrariar a tese de M. Halpern Pereira que atribui à excessiva especialização agrícola voltada para os mercados externos e ao livre-cambismo os principais factores do atraso económico português; b) a quantificação dos dados sobre a produção agrícola e a produção industrial, entre 1851 e 1913, veio mostrar que, ao contrário do que defende M. Halpern Pereira, foi a indústria que mais cresceu, 2,5% ao ano, em termos reais, contra apenas 1% do produto agrícola. Indicadores económicos que permitem outra leitura do nosso desenvolvimento económico, bem como a conclusão de que Portugal sofreu claramente um processo de industrialização. Assim, se, em 1913, o valor da produção agrícola ainda representava cerca do dobro da produção industrial, a verdade, porém, é que é possível a conclusão, segundo os novos dados apresentados pelo autor, de que, em 1851, o peso relativo da indústria era manifestamente menor; c) Por último, no entender de Pedro Lains, o livre-cambismo — principal factor apontado por M. Halpern Pereira para a estagnação da indústria — verdadeiramente nunca existiu. Portugal, se os cálculos se basearem na análise dos direitos alfandegários, tomando em consideração o seu peso no valor total das importações e não na análise das alterações verificadas nas tarifas nominais, nunca deixou de aplicar direitos elevados às importações industriais. Caem, assim, pela base, segundo os dados apresentados pelo autor, as teses que procuram associar livre-cambismo à estagnação industrial (que, pelos dados apresentados, afinal nunca existiu) e ao nosso atraso económico. Aliás, repete algumas vezes Pedro Lains, comércio livre estava longe de ser obstáculo ao desenvolvimento industrial.

Refutadas as principais teses, o autor não tem dúvidas de que a apreciação positiva dos resultados conseguidos pela nossa economia, ao longo de 1851-1913, diverge consideravelmente das conclusões há muito aceites pela historiografia portuguesa. E vai mesmo mais longe, quando afirma: as conclusões aqui propostas, sobre os ritmos de crescimento atingidos pela economia portuguesa, poderão não estar muito longe dos níveis que se poderia esperar, atendendo ao facto de

Portugal partir, em meados do século XIX, em clara desvantagem, sobretudo em relação aos países que, já na altura, eram mais desenvolvidos. É certo que Portugal partiu atrasado e não recuperou esse atraso relativo, vindo mesmo aumentar o fosso que o separava, relativamente àqueles. Contudo, argumenta o autor — pouco crente nas vias alternativas que foram sendo propostas desde Oliveira Martins, António Sérgio, passando pelos historiadores actuais que reivindicam esta herança crítica —, é difícil imaginar como é que medidas de política económicas realistas poderiam ter originado um maior crescimento económico em Portugal.

Surpreendentemente, ou talvez não, é esta última conclusão do autor — muito mais, em nosso entender, do que os novos dados sobre o crescimento económico, ainda que inegavelmente importantes para a revisão de inúmeras ideias feitas sobre a economia portuguesa — que acaba por se tornar central (aliás, o autor mostra, ao longo do livro, ter consciência disso) na sua obra. Poderíamos mesmo dizer que, para além do mais, o autor procurou dar corpo (que, aliás, tem tido em Jaime Reis um dos principais construtores) a uma contra-memória historiográfica<sup>4</sup>, assente agora em elementos quantitativos, que tenta romper com uma herança pessimista e crítica (muito ligada ao binómio decadência/regeneração) do nosso desenvolvimento — Esta tradição, como é sabido, escora-se em pensadores, ainda que com diferentes perspectivas, como Herculano, Antero, Oliveira Martins, passando pelos seareiros<sup>5</sup>, onde pontifica António Sérgio, e acabando em muitos dos historiadores que, embora de forma crítica e munidos de outros métodos de análise, ainda hoje se revêem e encontram motivações ideológicas nesta leitura do nosso passado —, substituindo-a, aliás, por uma outra que sobredetermina as condições naturais, roçando muitas vezes o fatalismo e secundarizando questões tão importantes como são os condicionalismos políticos, sociais, culturais, no fundo as sempre possíveis políticas económicas alternativas.

É óbvio que Pedro Lains apresenta números e compara exaustivamente os potenciais económicos do nosso país com outros em condições semelhantes, mas foi muito menos exaustivo na explicação do facto de alguns países, à partida com condições idênticas, terem diminuído o fosso económico que os separava dos mais desenvolvidos. Desempenho económico excepcional, que não se repetiu no caso português, o qual acabou por corresponder ao que, dentro da normalidade, se esperava. Reside talvez aqui uma das principais insuficiências explicativas deste trabalho que, aliás, não permite de todo a conclusão, como muitas vezes o autor faz, de que era «difícil imaginar um cenário diferente do que a História nos oferece, dados os limites ao crescimento económico inerentes a uma economia pobre e atrasada como era a portuguesa no início do período aqui abordado» (p. 13). Abona, no entanto, em favor do autor o facto de este garantir logo na *Introdução* de que não era seu objectivo apresentar uma conclusão definitiva, relativamente às causas do persistente atraso económico português, mas sim evidenciar resultados e conclusões, relativamente ao que não poderá ser apontado como causador

desse mesmo atraso. E neste ponto, ainda que se possam pôr em causa alguns dos métodos que permitiram chegar a certos resultados — trabalho a que não me dou, por assumida falta de habilitações técnicas para tal —, parece-me indiscutível que os novos dados passarão a ser incontornáveis para todos os que vierem a debruçar-se sobre a economia portuguesa do século passado e, sobretudo, para todos os que se preocupam com o estudo do desenvolvimento económico português. Acresce ainda, com exclusivo mérito para o autor, que a partir de agora todos os investigadores de história económica passarão a poder confrontar, sem precisarem de recorrer a autores estrangeiros, como Paul Bairoch e/ou Nick Crafts<sup>6</sup> — como é sabido deve-se a estes historiadores as primeiras tentativas de estimação (indirecta) da evolução do Produto Nacional Bruto, na segunda metade de século XIX —, a evolução do produto agrícola, da indústria, bem como identificar as principais tendências do comércio externo.

Por último, pelo facto de me parecer importante realçar, uma referência à qualidade artística da capa, onde se destaca a sugestiva fotografia de Joana Pereira Leite.

Livro, portanto, que se recomenda e que transporta em si todos os ingredientes para poder vir a alargar o debate, que se deseja vivo e polémico, sobre as razões do nosso atraso económico, condimentos essenciais para um melhor e mais participado conhecimento da nossa história económica.

António Rafael Amaro

#### NOTAS

<sup>1</sup> Veja-se a propósito, entre outros, Eloy Fernandes Clemente, «A história económica de Portugal (séculos XIX e XX), *Análise Social*, Vol. XXIV (103-104), 1988, (4.º, 5.º), p.1297-1329; J. Amado Mendes, «A história Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias», Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XXIV, Coimbra, 1994, p.1-32; mais especificamente sobre a F.L.U.C. de Coimbra, ver também João Paulo Avelãs Nunes, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1911-1974. Ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1995.

<sup>2</sup> Miriam Halpern Pereira, «Introdução», *Ler História*, n.º 21, 1991, p.3.

<sup>3</sup> A este propósito, cf. Jaime Reis, *O Atraso Económico Português em perspectiva histórica. Estudos sobre a economia portuguesa na segunda do século XIX, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; Sobre o contributo do autor e da denominada «nova história económica» para a clarificação e abertura de novas perspectivas sobre o denominado atraso português, ver a recensão crítica de João César das Neves, precisamente sobre a obra acabada de citar (Ver nota seguinte).

<sup>4</sup> Para João César das Neves, o livro de Jaime Reis, *O atraso económico português em perspectiva histórica. Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século*

XIX, 1850-1930, marca um ponto de viragem na compreensão do processo de desenvolvimento português, quase como uma revolução científica no sentido de Kuhn. Ver João César das Neves, «O atraso económico português», *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1.º), p. 209-215.

<sup>5</sup> Ver António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939) — Memória, Cultura e Poder*, Viseu, U.C.P., Pólo de Viseu, 1995.

<sup>6</sup> Recordem-se aqui, a propósito, os importantes trabalhos de Paul Bairoch, *Commerce Extérieur et Développement Économique de l'Europe au XIXe Siècle*, Paris, Mouton, 1976; N.F.R. Crafts, «Gross National Product in Europ, 1879-1910: Some New Estimates», *Explorations in Economic Hystory*, vol 20, 1983, p. 387-401.

Tom PETERS, *O Seminário de Tom Peters — Tempos loucos pedem organizações loucas*, Lisboa, Bertrand Editora, 1994, 320 p.

Esta obra, que constitui o penúltimo trabalho de quem é considerado um dos melhor sucedidos e controverso “Gurus” da gestão, constitui mais uma das muitas abordagens anglo-saxónicas que têm invadido o mercado editorial português, em perfeito contraste com a realidade existente em meados do século. O próprio Peter Drucker reconheceu que, «há 40 anos, os livros ligados à gestão não ocupavam mais do que uma prateleira de uma livraria».

Num estilo inconfundível, pleno de revivalismo e vitalidade, o autor procura municiar as organizações empresariais com o *know-how* que lhes permita posicionarem-se num mercado, que se anuncia como global, irracional, e mutante, para o qual muito contribuiu o desenvolvimento e generalização dos sistemas/técnicas de informação. André de Botton, um empresário brasileiro, afirmou na revista *Exame*, n.º 83, que «a economia moderna já não tem fronteiras. A partir de agora ela só tem horizontes». Apesar de tudo, pasme-se! a obra não visa dar a conhecer um modelo inovador de gestão, essencialmente para quem acompanha minimamente o trabalho deste antigo veterano da guerra do Vietname e antigo membro da McKinsey, mas acaba por ser uma compilação de ideias e tendências expostas nos diversos seminários onde participou no início de 1994, após as sucessivas solicitações por parte do público em obter cópias dos diapositivos expostos nestes mesmos eventos. Contudo, este trabalho procura contribuir com uma análise perturbadora, ousada e até mesmo radical, se tivermos em conta a nossa realidade, bem ao estilo do Tom Peters, sobre a evolução da estrutura empresarial no limiar do século XXI.

O livro encontra-se dividido em 9 capítulos, começando cada um deles com a expressão “Para além de”. «Cada *Para além de* constitui um modelo completo de organização; mesmo assim, cada um daqueles também constitui uma elaboração sobre os *Para além de* que o precedem, até se atingir, no fim, uma noção integrada de organização e gestão». Basicamente, o livro apresenta a seguinte estrutura: